

ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO INTEGRAL E TEMPO AMPLIADO NA AMÉRICA LATINA

SILVEIRA, E.S; SILVA, M. R.; MARTINIC, S.; MOLL, J. (Orgs). **Ensino médio, educação integral e tempo ampliado na América Latina**. Curitiba: CRV, 2022, 294 p.

DOUGLAS FRANCISCO ALMEIDA DOS SANTOS

Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

ALTAIR ALBERTO FÁVERO

Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

CAMILA CHIODI AGOSTINI

Universidade de Passo Fundo (UPF), Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

Pensar um ensino secundário, de qualidade, em atendimento às necessidades de formação dos jovens e da sociedade, na contemporaneidade, implica na formação de múltiplos e atentos olhares. A obra *Ensino médio, educação integral e tempo ampliado na América Latina*, organizado pelos pesquisadores Éder da Silva Silveira, Monica Ribeiro da Silva, Sergio Martinic e Jaqueline Moll, coloca em tela o debate das “diferentes realidades da educação secundária na América Latina e suas experiências com políticas de tempo ampliado para as juventudes” (p. 13), com a colaboração de vários pesquisadores de forma a apresentar estudos sobre a temática em diversos países da América latina. A obra é dividida em duas partes: a primeira trata de apresentar, através dos textos, um panorama sobre as políticas públicas para o ensino secundário na América Latina; a segunda, com contribuições sobre o Ensino Médio, trata do tempo ampliado e escolarização das juventudes.

Para atender a primeira parte do livro, os sete capítulos apresentam um panorama das políticas públicas para o Ensino Médio em países como Colômbia, Brasil e Uruguai, além de estudos que englobam a situação da América Latina como um todo, a exemplo de elementos sociais e econômicos. O capítulo intitulado *Derecho a la educación, políticas públicas y escuela secundaria en América Latina: deudas y desafíos*, de autoria de Fernanda Saforcada e Alan Baichman, apresenta um dilema no campo da educação na América Latina, mostrando duas barreiras existentes, as quais impedem que o direito à educação seja para todos: de um lado, a mercantilização da educação, e do outro, o enfoque na educação emocional e individualização como finalidade das escolas secundárias. Em sua conclusão, os autores afirmam ser necessário o fortalecimento da educação como direito, e não como mero atendimento dos interesses do capital, tal afirmação se apresenta também como forma de reposicionar o direito à educação como direito humano. O segundo capítulo, intitulado *Desafíos para la educación media en la ruralidad: ¿Cómo garantizar una mayor inclusión y oportunidades a las y los jóvenes rurales en Colombia?*, é de autoria de Óscar Sánchez Jaramillo, Milena Montoya Serrano, Laura Nossa Tejeiro. Nesse artigo, os autores apontam as condições que determinam a desigualdade na educação rural colombiana, indicando o problema da divisão territorial, a ausência do Estado e a falta de garantia dos direitos de acesso à educação secundária. A análise evidencia a necessidade de reestruturar o sistema

educacional vigente, visando ao acesso e à promoção da educação para toda população. *Escuela secundaria y futuro: interpelaciones fallidas*, o terceiro capítulo, é de autoria da pesquisadora Myriam Southwell. A autora projeta a relação escola de seu futuro, apresentando o modo como tal relação é percebida hoje e quais seriam as condições que permitiriam uma melhor relação entre ambos, a escola e o futuro. Considera que tal concepção é salutar no sentido atualização de noções sedimentadas da escola, a fim de que esta não se torne um significante vazio. Na sua conclusão, evidencia a necessidade de uma construção de outros discursos, que incluam a pluralidade de significados que existe em torno das diferentes expressões da experiência formativa escolar.

O quarto capítulo, de autoria das pesquisadoras Monica Ribeiro da Silva e Simone Aparecida Milliorin, tem por título *Ensino Médio e educação profissional no Brasil: a experiência dos Institutos Federais*. No capítulo, as autoras dedicam tempo para refletir sobre como a educação secundária tem sido palco de discussões, já que esta tem assumido diferentes finalidades e a sua natureza tem sido questionada. As autoras ressaltam a importância dos institutos federais que conseguem relacionar teoria e prática na educação dos estudantes e abrem, assim, um leque de possibilidades. Retratam, ainda, o retrocesso que está em voga na ideia do Novo Ensino Médio, que, além de congelar recursos com a educação, pode acabar por proporcionar a perda de espaço da educação integrada. Maria Ester Mancebo é a autora do quinto capítulo, intitulado *Las tutorías como herramienta de política educativa: el caso de la educación secundaria en Uruguay*. No capítulo, a autora analisa os pontos positivos, negativos e os pontos fortes e fracos do "Programa de inclusão" da educação uruguaia no período de vigência do governo de esquerda, que assumiu o poder inicialmente em 2005. Em suas análises, retrata a quantidade de escolas que foram atingidas por esse programa e, com isso, puderam ter um trabalho mais minucioso e atento sobre as necessidades aparentes. Além disso, isso se tornou uma iniciativa complementar, com os ajustes sendo assimilados sem dificuldade. Em contrapartida, a autora relata que, no Uruguai, é difícil esperar uma mudança estrutural no Ensino Médio, tendo em vista que, no período analisado, não houve uma reforma substancial, tendo sido mantido o aspecto clássico, tanto na parte pedagógica quanto a de currículo, que se manteve propedêutico e enciclopédico. O texto *Consentimento e coerção na política educacional: reflexões sobre a relação público/privada no processo de construção da reforma do ensino médio (2013-2017)*, que figura como sexto capítulo, é de autoria de Vera Maria Vidal Peroni, Vinícius de Oliveira Bezerra e Sílvia Helena Andrade de Brito. O texto discute diretamente a reforma do Ensino Médio, mostrando que, em certa medida, a reforma correlacionou os interesses privados de "alguns" e o interesse público. O tensionamento desses interesses, de certa forma, atualiza a relação público/privada da reforma do Ensino Médio. Encerrando a primeira parte da obra, o sétimo capítulo, escrito por Chanauana de Azevedo Canci e Jaqueline Moll, aborda *O direito à educação: reflexões sobre o ensino médio e a exclusão escolar*. As autoras relatam que o abandono escolar no Ensino Médio é reflexo de uma sociedade que tem uma desordem em seus propósitos, tendo, como consequência, a desigualdade e, assim, afastando as pessoas do direito à educação. Diante de um documentário, e a partir da análise de alguns dados, as autoras dão alguns

indicativos de motivações e apresentam as possíveis consequências da exclusão educacional, principalmente no ensino médio.

Andréa Giordanna Araujo da Silva e Matheus Ivan da Silva Chagas assinam o capítulo intitulado *Ensino Médio de Tempo Integral: novas configurações pedagógicas e velhas implicações sociais*, abrindo a segunda parte do livro que se dedica a analisar, entre outros tópicos, propostas para o Ensino Médio Integral. Usando-se de pesquisa documental, as autoras analisam a organização do Novo Ensino Médio, dividindo o seu estudo em tópicos a fim de que observassem a “participação da comunidade, concepção de protagonismo juvenil, educação integral e princípios pedagógicos” (p. 16). Em suas análises, percebem uma escassez de participação, e, embora se reconheça os jovens como o grande público de protagonismo, percebe-se que eles se encontram apreensivos e não buscam uma melhor educação e formação, podendo implicar, nesse caso, na perpetuação das relações de desigualdade social que hoje se observam.

Resistência à Política de Ampliação do Ensino Médio de Tempo Integral no Rio Grande do Sul é o tema do nono capítulo, assinado por Éder da Silva Silveira. Esse capítulo foi escrito com base em uma pesquisa qualitativa, tentando demonstrar o porquê de a resistência à aplicação do Novo Ensino Médio na cidade de Canoas, onde foram observadas e estudadas quatro escolas indicadas e feitas ponderações e análises à luz do modo como Henri Giroux teoriza o conceito de resistência. Para o autor, as narrativas de resistência, com base em Giroux, formariam uma construção teórica e ideológica para análise da sociedade geral e da escola, na qual o fracasso escolar e o comportamento de oposição são rejeitados, criando categorias como a “intencionalidade, a consciência, o significado do senso comum e a natureza e valor do comportamento não discursivo.” (p. 194). O autor ressalta, ainda, que as categorias de Giroux incluem a esperança, enquanto “elemento de transcendência para a transformação radical” (p. 194). Já o décimo capítulo, assinado por Rafael de Brito Vianna e Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de Souza, é intitulado *Ensino Médio de Tempo Integral: notas sobre o neoliberalismo escolar no Brasil*. Com o objeto de estudo voltado a investigar a relação do Novo Ensino Médio com o neoliberalismo Escolar, os autores afirmam que a proposta da educação secundária integral surgiu em um contexto complicado, no qual emergiram várias disputas, tendo em vista o avanço empresarial baseado em uma ação capilarizada de agentes de cunho privado, os quais promovem mudanças de sentido na concepção da Educação Integral, que perde sua perspectiva crítica e emancipatória. Nesse diapasão, o que prevalece, na presente etapa educacional, é a manutenção da lógica individualista e empresarial proposta pelo neoliberalismo.

Sergio Martinic, no décimo primeiro capítulo, traz por seguinte o tema “La escuela, el tiempo y el aprendizaje escolar en América Latina”. O autor descreve as reformas escolares implementadas até então na América Latina, destacando seus alcances e problemas e questionando-se acerca do controle do tempo escolar. Para ele, tudo isso constitui-se no tempo, ao passo que essa passagem temporal é a que permite as coisas acontecerem, por outro lado é um limitador das reformas e da aprendizagem juvenil. Em seguida, no décimo segundo capítulo, o autor Roberto Rafael Dias da Silva trata do tema: *Por uma escolarização juvenil inovadora e democrática: pluralizando o debate*. O autor aborda a escolarização nos tempos atuais, baseando-se com perguntas ao campo educacional progressista, buscando construir uma ética nova para esse planejamento do currículo do Novo Ensino Médio. Importante notar que o objetivo do

texto figura em comprovar e defender uma inovação na educação de forma a ser desenvolvida uma nova ética educacional para nosso século.

Justiça Social: o que dizem os Jovens do Ensino Médio? É o penúltimo capítulo dessa obra, escrito por Valéria Pereira Minussi e Nara Vieira Ramos. Diante de um estudo com os jovens dos três anos no Ensino Médio, questionando-os sobre o conceito de justiça social, segundo os autores, evidenciam-se três concepções analisadas pelos estudantes: “Redistribuição, associada à distribuição de bens; Reconhecimento, relacionado ao respeito cultural; étnicos, raciais e sexuais e a Representação (participação), que assegura a participação em decisões que afetam a vida de quem está envolvido nas situações” (p. 251). Como resultado, os autores evidenciam que, na grande maioria os jovens associam justiça social à igualdade. Para eles, a igualdade se apresenta em suas diversas faces: a de posições, a formal, a substantiva e a de oportunidades. O último texto da obra, de autoria de Guillermo Rios, com o capítulo *Diques que se desbordan. El derecho a la ciudad y los dispositivos escolares*, se propõe a analisar, a partir de dispositivos escolares, em uma pedagogia urbana, análise construída com base em Henri Lefebvre. Com estudo desenvolvido tendo teoria de Henri como carro chefe, o autor afirma que “para conceber uma política de educação integral a cidade tem que ser um território de aprendizagens” (p. 18).

A obra de fôlego, originalidade e amplitude continental tensiona e apresenta, de forma satisfatória, um panorama da realidade do Ensino Secundário de vários países, como também de projeções que englobam a propostas de formação humana integral e ensino em tempo integral para a etapa educacional em questão. O ensino de jovens é alvo de olhares do mercado, de disputas sociais e de múltiplos interesse a muitos anos, sem levar em consideração a formação humana e integral do indivíduo estudante nesse cálculo. Sabidamente, o Ensino Médio, em países de desigualdade social acirrada, tem sido o diferencial em busca e no alcance de aprimoramento de melhores condições de vida, contudo, a lógica neoliberal que está imbricada no processo implica numa concepção meritocrática, para a qual a escola pública, vilipendiada, não consegue alcançar em pé de igualdade com a educação privada e mercantilizada.

Tratando-se de América Latina, ainda vivenciamos os resquícios do colonialismo e do eurocentrismo, para os quais as diversidades culturais locais são desmoralizadas e desconsideradas, principalmente nas múltiplas reformas curriculares, de cunho e inspiração neoliberal, que a fase enfrenta. O Ensino Secundário passa a ser voltado para o atendimento do mercado de trabalho e objetivos do capital, desconsiderando a formação integral do indivíduo para atuar em uma sociedade democrática. São obras de profundidade, como esta apresentada, que permitem reavaliar a condução dessa etapa educacional e cria subsídios potentes para novas análises, embates e propostas de evolução conceitual e problematizadora do campo de estudos.

Resenha recebida em: 12/06/2022
Aprovada para publicação em: 10/07/2023

SANTOS, D. F. A. dos; FÁVERO, A. A.; AGOSTINI, C. C.

DOUGLAS FRANCISCO ALMEIDA DOS SANTOS: Acadêmico do Curso de Filosofia, bolsista Pibic/UPF no projeto Políticas Curriculares para o Ensino Médio, integrante do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação Superior (GEPES/UPF).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5164-0492>

E-mail: 184197@upf.br

ALTAIR ALBERTO FÁVERO: Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (GEPES – UPF/RS).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9187-7283>

E-mail: altairfavelo@gmail.com

CAMILA CHIODI AGOSTINI: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo - UPF/RS. Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFFS, Campus Erechim/RS. Pós-graduada em Direito Público pela IMED – Passo Fundo/RS (2010). Pedagoga, graduada pela Universidade Anhanguera – Unidade Passo Fundo/RS (2018). Bacharel em Direito, graduada pela Universidade Luterana do Brasil (2008). Advogada Licenciada. Servidora pública federal junto a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Campus Passo Fundo/RS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7501-9553>

E-mail: camila.chiodi.agostini@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).